

Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

APROVADO univoc DISCUSSÃO

SALA DAS SESSÕES 16 / 01 / 2019

~~VER. EDSON RODRIGUES
PRESIDENTE~~

REQUERIMENTO Nº 58 /2019.

Autoria: Vereadora Adriana Aparecida Felix,

Assunto: Requer informações de quanto à oferta de serviços, recursos e atendimentos à demanda pertencente a Educação Especial Inclusiva.

Senhor Presidente,
Senhores (as) Vereadores (as),

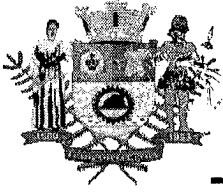
CONSIDERANDO: a necessidade de atendimento quanto a inclusão de alunos portadores de deficiência (deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência física e déficit intelectual), Transtorno do espectro autista e Altas habilidades/superdotação;

CONSIDERANDO: que pessoa com deficiência é aquela que tenha impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual e sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode dificultar ou impedir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

CONSIDERANDO: que hoje a Lei Brasileira de Inclusão é sem dúvida, o maior instrumento da pessoa com deficiência, pois é nela que se encontram reunidos os anseios de todas as pessoas com deficiência, garantindo-lhes pleno desenvolvimento, autonomia e qualidade de vida;

CONSIDERANDO: que o marco regulatório começou a ser traçado há 15 (quinze) anos por meio de Projeto de Lei, tendo como relatora a deputada federal, atualmente Senadora Mara Gabrilli, onde o texto original foi ajustado às demandas de movimentos sociais e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, que dissocia deficiência de incapacidade;

CONSIDERANDO: que essa dissociação traz o seguinte esclarecimento. "A deficiência deixa de ser um atributo da pessoa e passa a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade, Estado e município dá as características de cada um, ou seja, a LBI – Lei Brasileira de Inclusão veio para mostrar que a deficiência está no meio, não nas pessoas, onde quanto mais acesso, oportunidade dispõe, menores serão as dificuldades consequentes de sua característica";



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

CONSIDERANDO: que a resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009, à qual Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade: Educação Especial, destaca todo o processo de organização através da Educação Especial, junto ao Sistema Educacional para a Rede Regular.

CONSIDERANDO: que em janeiro de 2016, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) à qual trata da autonomia e da capacidade de os cidadãos com deficiência exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas, e traz inovações para as áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência e transporte;

CONSIDERANDO: a necessidade de organização dos serviços, recursos, atendimentos e formação continuada dos docentes da rede regular de ensino e docentes do Atendimento Educacional Especializado pertencentes a Educação Especial visando uma perspectiva de Educação Inclusiva do Sistema Municipal de Ensino do município de Itaquaquecetuba;

CONSIDERANDO: que os Conselhos Municipal são órgãos deliberativos que tem como finalidade, a definição das Políticas Públicas federais, estaduais e municipais voltadas à respectiva área.

REQUEIRO À MESA, observadas as formalidades regimentais que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a Secretaria Municipal de Educação Ciências Tecnologia e Inovação e o Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores (IPSMI) e o Conselho Municipal de Educação:

- 1) Qual demanda atendida quanto da Educação Especial Inclusiva?
- 2) Atualmente quais serviços, recursos, atendimento e formação estão sendo realizados?
- 3) Como está organizado os serviços, recursos, atendimentos, formação continuada dos docentes e acompanhamento para destacar suas características e necessidades junto ao processo de desenvolvimento e aprendizagem?
- 4) Os serviços, recursos, atendimentos e formação continuada é efetivo, se sim, destacar como vem sendo realizado?
- 5) Informar se o Conselho Municipal de Educação deliberou a Orientação para o Atendimento Educacional Especializado AEE, na Rede Municipal



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

de Ensino do Município de Itaquaquecetuba, conseqüentemente se homologou e publicou a Resolução que Dispõe sobre as Diretrizes para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Itaquaquecetuba, visando uma Perspectiva de Educação Inclusiva, objetivando assim a construção do PPP Projeto Político Pedagógico e seu currículo flexível?

- 6) Informar se há uma parceria intersetorial junto a modalidade Educação Especial, no sentido de colaborar quanto a inclusão e permanência dos alunos com deficiência, Transtorno do espectro autista e altas habilidades superdotação?

Plenário Vereador Mauricio Alves Braz, em 08 de
abril de 2019.


ADRIANA APARECIDA FELIX
ADRIANA DO HOSPITAL
VEREADORA-PSDB